

Brasília/DF, 04 de julho de 06.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha, quero aproveitar deste expediente e dar ciência à Casa de Documento Político, intitulado *Renovar o Sonho e a Esperança* produzido por nosso mandato e que visa contribuir para o debate e para a reflexão política. Peço que este documento seja faça parte de meu pronunciamento.

RENOVAR O SONHO E A ESPERANÇA

Roberto Gouveia – Deputado Federal PT/SP - 2006

UM MANDATO NECESSÁRIO

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.

Mais do que inteligência, precisamos de afeição e doçura.

Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.

Charles Chaplin

Introdução



DDBF3B3622

Neste ano de 2006, completam-se 20 anos de minha atuação como deputado do PT de São Paulo, 16 destes como deputado estadual e os últimos 4 anos como deputado federal em Brasília. Somados aos 10 anos de militância, anteriores à minha primeira vitória eleitoral, representam uma grande parte dos meus 51 anos de existência na dedicação aos movimentos em defesa da vida, da cidadania e da democracia.

Com a conclusão de mais uma etapa, sinto a necessidade de realizar um balanço de minha atuação política e de propor uma reflexão teórica sobre os desafios que se apresentam no início do século XXI e, particularmente, no momento histórico atual.

É inegável que em sua formação o Estado brasileiro foi tutelado durante séculos pela elite de nosso país que se formou através do uso da violência, da pilhagem, da escravidão e da corrupção, gerando um Estado patrimonialista e anti-republicano o que nos custou vários períodos de ditadura, obscurantismo, ausência de políticas públicas e uma das piores situações de distribuição de renda e riqueza do planeta. Como integrantes do campo democrático, popular e progressista vamos enfrentar essa elite todas as vezes que a necessidade se apresentar. Temos muito claro o nosso lado.

Mas, para dar seqüência à nossa caminhada, precisamos ter clareza do porquê de alguns dirigentes do partido e integrantes do governo e do parlamento se comportarem como fonte inesgotável de erros provocando a quebra de confiança de uma parte da sociedade brasileira em relação ao nosso projeto político.

Aprender com os acertos e erros cometidos é imprescindível para fortalecer a credibilidade e, com humildade e coragem, renovar nossas energias. Quem não aprende com seus erros está condenado a repeti-los.

A análise e as concepções presentes neste texto orientarão minha atuação no próximo Congresso do Partido dos Trabalhadores, para estabelecer as correções necessárias na definição de seus rumos e dos governos e mandatos que tivermos.

Em defesa

**da justiça social, do equilíbrio ambiental
da democracia e do socialismo**

Numa perspectiva humanista

Vivemos momentos de definição do nosso futuro e o das próximas gerações. O planeta passa por importantes mudanças e nos coloca diante de grandes contradições. O incontestável avanço material alcançado no mundo não tem sido acompanhado do necessário progresso social, cultural, ético e moral da humanidade. A ciência e a tecnologia desenvolvem-se numa velocidade impressionante, mas, na maioria das vezes,



DDBF3B3622

o benefício é revertido para poucos. Crescem de forma assustadora a exclusão, a concentração da riqueza, a miséria, a fome, o desemprego, a corrupção, o fundamentalismo, a violência, a banalização da vida e a destruição do meio ambiente. A desigualdade entre países ricos e pobres se mantém de forma intolerável.

Ao mesmo tempo em que os meios de comunicação e os interesses comerciais estimulam o consumo de forma irresponsável e insustentável para o próprio planeta, a maioria da população não consegue exercer o direito de acesso aos bens produzidos, mesmo os essenciais, o que agrava ainda mais a frustração, a revolta e a competição. Como desdobramento da tese neoliberal do estado-mínimo e do mito de que o mercado resolve tudo, o egoísmo foi promovido à categoria de virtude e o consumismo cultuado como um novo deus.

Estamos diante de uma enorme crise de valores, com o predomínio do individualismo sobre as questões referentes ao coletivo. A lei do mais forte, o vale tudo e a intolerância não podem servir de modelos para a convivência.

A globalização, sob a hegemonia capitalista, centrada no grupo dos países mais ricos (G7), leva ao aprofundamento dessas contradições em todo o mundo, faz milhões de vítimas e nos impulsiona em direção à barbárie, comprometendo nossa cidadania e a possibilidade de compartilhar uma vida digna de ser vivida. Nesse processo o capital e o mercado fogem ao controle dos estados nacionais e da sociedade, usando novas tecnologias e os avanços da informática, transporte, telecomunicações. Os grandes problemas da humanidade atingem dimensões globais.

Para superar isto, devemos construir com pluralismo uma federação mundial democrática, através do fortalecimento das instituições multilaterais, como a ONU mais aprimorada e democratizada, tendo como pilares indissociáveis o desenvolvimento sustentável, a paz e os direitos humanos.

Devemos, ainda, promover o reconhecimento dos tratados, convenções e protocolos, fruto das grandes conferências internacionais (Saúde para Todos, Cúpula do Milênio, Eco 92, Habitat, Direitos Humanos, População e Desenvolvimento, Trabalho, Mulher, Criança, Racismo).

É fundamental também o fortalecimento dos movimentos emancipatórios em todo o mundo, bem como sua articulação crescente no plano nacional e internacional, aprofundando e generalizando experiências como as dos fóruns sociais.

Esse é um caminho de síntese para os indivíduos, para a humanidade e para o nosso planeta, capaz de preservar a natureza e as culturas nacionais ameaçadas de destruição pelo violento jogo do mercado.

Felizmente, vemos a política externa de nosso governo caminhar nessa direção quando investe na articulação dos países mais pobres (G 28), estabelece relações mais



DDBF3B3622

sólidas com Índia, China, Rússia e outros países da Ásia, África, Oriente Médio e busca na América Latina construir um outro patamar de convivência além do fortalecimento do Mercosul.

A política como a essência do viver em sociedade

O divisor de águas na política é exatamente a linha que separa a política como meio de defesa do interesse público da política como um fim em si própria. A primeira é a realização das populações em busca da felicidade, da justiça social, de valores virtuosos e de um novo processo civilizatório. A segunda é expressão do carreirismo, da esperteza, do marketing como valor supremo, do pragmatismo e da luta desmedida do poder pelo poder, e se manifesta como autoritarismo, prepotência e em atitudes ilícitas. Não queremos o poder pelo poder.

A juventude e o povo de nosso país necessitam de perspectiva e esperança num futuro promissor.

Para nós, a política, como prática essencial à realização do ser humano, cumpre sua missão quando, por meio dela, homens e mulheres conquistam a melhoria da qualidade de vida e viabilizam o desenvolvimento sustentável em busca de uma sociedade saudável, humana e participativa.

Acreditamos que a felicidade se realizará na construção de uma sociedade socialista e humanista, democrática, justa, plural, incluyente, solidária, com liberdade, autonomia, e na construção de uma cultura de paz e no respeito ao meio ambiente. Uma sociedade que reconheça o direito das populações às políticas públicas e ao progresso material, bem como ao acesso responsável e equilibrado aos bens de consumo, que respeite e valorize a diversidade, a diferença e os direitos humanos, de homens e mulheres, crianças e adolescentes, idosos, índios, negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais e demais segmentos oprimidos.

*Temos direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza.
E direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.
Boaventura de Souza Santos*

Acreditamos, também, que a felicidade é construída no cotidiano do nosso viver, em nossas relações interpessoais, com atitudes coerentes com o que se enuncia como princípios e propósitos.



DDBF3B3622

O reino do mercado e do dinheiro se choca com a política no sentido original de polis, e se choca com a democracia: governo de todos, por todos e para todos. Ética e política são duas caras, indissolúveis, do mesmo fenômeno. Não há ética individual separada da ética pública, como não há política desvinculada da ética individual.

Emir Sader

Como militante socialista, humanista e pacifista quero afirmar a democracia como valor estratégico e universal, fundadora da verdadeira prática política de esquerda e do próprio socialismo.

O pressuposto do humanismo é a universalidade e a democracia como elemento central de nossa atuação pública. Nesse sentido, desenvolve a prática da política como um meio de defesa do interesse público e de emancipação das populações em busca de um novo processo civilizatório. Oferece ainda um contraste radical com o tecnicismo e o esquerdismo classista e sectário, que estão alicerçados em particularismos que condenam e reduzem os seres humanos.

Coerente com tais formulações é da maior importância afirmar um novo perfil de líder que seja a um só tempo servidor e mobilizador. Dentro das profundas transformações que se estão operando na civilização ocidental e dos questionamentos acerca de um futuro não apenas possível mas desejável, é urgente construir a re-significação do conceito de liderança.

A história destes últimos milênios cunhou um modelo de líder que não atende nem às necessidades nem aos desafios do século XXI. A imagem de uma figura carismática, centralizadora, aliada às forças de controle e repressão não se coaduna com a crescente democratização das relações interpessoais e institucionais. O estabelecimento e a sustentação da ordem mediados por sistemas de coerção e manipulação mostram-se ineficientes, desumanos e provocadores de retaliação, na maioria dos casos, violenta.

O espírito de liderança necessário em nossos dias é o do formulador, inspirador, agente de articulações e parcerias, que potencializa e mobiliza a capacidade criativa e de luta daqueles com quem trabalha. Busca sinergias e cooperação constante, sem deixar de assinalar o horizonte que vislumbra e de canalizar a energia da sua equipe e de seu movimento nessa direção.

Um líder com sua visão de futuro deve ao mesmo tempo agir como educador e educando, como nos ensina Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido*.

O poder pelo poder



DDBF3B3622

O prejuízo político é imenso quando militantes e dirigentes partidários levados pelo interesse momentâneo, pela luta imediata e pela ambição desmedida associada à deficiente vocação pública e ao frágil compromisso coletivo, se entregam a disputas fratricidas e entram de cabeça no pragmatismo e no carreirismo.

Alguns, movidos pela necessidade de sobrevivência ou acalentados pela perspectiva de ascensão individual (política, social e mesmo econômica), partem para o vale tudo, tropeçam em princípios ético-políticos e se afastam do caminho emancipatório, do compromisso democrático e humanitário e, de forma agressiva e despolitizada, se comportam como chefetes e donos da verdade.

As últimas disputas eleitorais têm se caracterizado pela ausência de discussões sobre plataformas de mandatos parlamentares ou mesmo planos de governo. A abordagem e as discussões giram, principalmente, em torno de estruturas, de recursos financeiros, do marketing para “vender” candidatos e do aliciamento de pessoas e cabos eleitorais para as campanhas e para as disputas partidárias.

Os aliciados e contratados são considerados massa de manobra ou meros objetos: números ou lotes de filiados; levantadores de crachás em convenções partidárias; braços para agitar bandeiras e entregar panfletos.

Chega-se ao cúmulo de se estimular candidaturas com a intenção de comprá-las com promessas de recursos e com sustentação material em troca de submissão quando não de exclusividade de apoio eleitoral. Um entra com o dinheiro e com a estrutura e o outro promete o voto de seu reduto, sindicato ou movimento como se fossem de sua propriedade.

Fica estabelecida uma relação comercial de compra e venda mais parecida com um negócio. O eleitor no caso é a maior vítima. Recebe o prato pronto e nem imagina que se trata de procedimento comum e tradicional da política conservadora brasileira que supostamente viemos para mudar.

Essas práticas nos fazem lembrar também o famoso poema “O analfabeto Político” em que Bertolt Brecht alerta para o perigo que representa a alienação e o político vigarista e corrupto.

O objetivo principal dessas práticas é exhibir a força de alguns que negociam a cada momento de disputa de acordo com os seus interesses e conveniências, buscando vitórias artificiais que carecem de legitimidade e compromisso coletivo.

Outra consequência é que esses procedimentos elevaram os custos das campanhas a patamares nunca antes imaginados, ensejando condutas inaceitáveis para a história do PT. É evidente que os métodos de arrecadação financeira que vínhamos desenvolvendo não dariam conta dos novos e elevados custos, o que explica uma parte dos absurdos divulgados recentemente.



DDBF3B3622

Por compreender que nossa atuação deve se inspirar numa visão radicalmente democrática, emancipatória, ética, humanista e socialista, sou frontalmente contrário à cooptação, ao culto à personalidade, à bajulação, bem como à máxima segundo a qual quem pode manda e quem tem juízo obedece, pois são atitudes reacionárias que só reforçam o autoritarismo, a cultura de dominação e a corrupção.

Prefiro uma relação de respeito, transparência e o exercício da crítica sincera e fraterna numa perspectiva que recupere e amplie o valor da nossa militância.

Ainda como demarcação necessária em minha vida política, sempre recusei dois desvios. Na história da humanidade esses desvios são responsáveis por verdadeiras tragédias. O primeiro, que não é exclusivo da direita, é o tecnicismo, a tecnocracia fria que em nome da razão instrumental nega às populações e às pessoas a condição de sujeitos e as reduz apenas a números, objetos e coisas.

Essa deformação desconsidera que atrás das estatísticas existem seres humanos e subordina as metas sociais e o bem-estar coletivo às metas econômicas e aos interesses financistas. Produz uma inversão completa de valores, quando considera os interesses econômicos e financeiros como prevalentes em relação ao interesse público. Agrava a exclusão, a desigualdade e nos impulsiona em direção à barbárie.

O segundo desvio, típico da esquerda retrógrada e dogmática, tem origem numa visão ortodoxa, reducionista e deformada que interpreta todos os conflitos e aspectos da realidade como manifestação de uma guerra de classes. Nesta concepção, a vanguarda que se acha dona da verdade, alega que tem a luz e a missão de conduzir as massas rumo à transformação revolucionária que justifica tudo, todos os meios e instrumentos utilizados. Assim como a elite conservadora brasileira, cultiva o autoritarismo, estimula a prática da violência e, abertamente ontem ou dissimuladamente hoje, defende como desdobração a ditadura de uma classe sobre a outra.

Os dois desvios e todas as suas gradações, como duas faces da mesma moeda, levam à alienação, à opressão política, à dominação ideológica, à exclusão e negam a democracia como valor universal, por um lado, e a autonomia dos sujeitos, por outro. Nos dois casos os fins justificam os meios, sejam por razões econômicas ou políticas, o que também ajuda a explicar outra parte dos absurdos que vieram à tona.

Devido a esta matriz comum e perversa, não são raros os casos de correspondência e oscilação de atores políticos entre um desvio e outro, ou mesmo os casos de semelhança de posições e encaminhamentos, dependendo da situação e da conjuntura.

Depois do que já foi dito, seriam desnecessárias outras afirmações, mas como o momento que atravessamos exige precisão, rigor e desprendimento, é imprescindível fazer algumas análises frente aos últimos acontecimentos.



DDBF3B3622

Uma parte da esquerda, devido à sua gênese e tradições ortodoxas, formou-se cultivando o autoritarismo e se comporta como uma nova aristocracia. Não apresenta vocação democrática. enxerga a democracia como um guarda-chuva útil somente para atravessar o temporal; um elemento tático a ser utilizado, se necessário, para preparar a conquista do poder. Alguns consideram-na mesmo um valor menor e pequeno-burguês, um luxo para quem tem pressa e se considera representante dos desprovidos. Enfim, a democracia aparece apenas como um meio – etapa ou instrumento – e não como um valor, um fim, um objetivo a ser construído.

As conseqüências negativas deste ranço autoritário no cotidiano da política são profundas e de grande extensão. Desde a tática de aliciamento de quadros para o grupo, partido ou organização - que muitas vezes racha movimentos sociais inteiros -, a ocupação predatória da máquina do Estado, o comportamento pouco republicano, a visão utilitarista do parlamento, a dificuldade de compreender a importância das políticas públicas e de movimentos sociais autônomos, até as rotulações e carimbos que dispensam às pessoas, bem como a prática do patrulhamento ideológico, sectário e implacável.

Muitos de nós já fomos vítimas da desqualificação e do preconceito. O próprio Lula, no início considerado um agente da CIA por alguns desses segmentos de esquerda, recentemente tem sido tachado de “limitado”, “vacilante” e de “classe média”. Mas, para alguns desses pretensos revolucionários e oportunistas de plantão, Lula, pelo seu reconhecido carisma, sensibilidade e capacidade de agregar forças sociais e políticas para chegar à Presidência da República, lhes serviria muito bem como instrumento para preparar a ascensão deles próprios ao governo num segundo momento.

Fica mais fácil agora compreender porque alguns dirigentes do PT, integrantes do governo e do parlamento, antes mesmo de passarmos pela reeleição de 2006, já se preparavam para a eleição de 2010, disputando nos bastidores a definição do candidato a presidente em uma futura eleição ainda distante. E isso nas costas do país, do partido, da bancada e cavalcando o governo em interesse próprio. Muita pretensão, prepotência e ambição desmedida, justamente daqueles que se mostraram mais vulneráveis às benesses e seduções do poder, que lhes subiu à cabeça.

É inegável o avanço do Estado de Direito no país a partir do processo constituinte de 1988. E agora no governo Lula, os procuradores-gerais da República comportam-se de forma bem diferente de seu antecessor, que se omitia e engavetava a maioria dos processos, principalmente em se tratando do primeiro escalão. A Polícia Federal foi aperfeiçoada e também realiza progressos consideráveis, além de outras instituições, tais como a Corregedoria-Geral da União que passou a investigar com rigor processos e desvios de dinheiro público.



DDBF3B3622

O fortalecimento dessas instituições e dos movimentos democráticos contribuiu fortemente para escancarar uma antiga realidade que agora nos surpreende, reforçada pela abundância e sucessão de erros, desvios, condutas ilegais, disputas, aliciamento, construção de estruturas e acumulação de recursos mobilizados por grupos “seletos” e da mais estreita confiança desses projetos particulares de poder, urdidos à margem do esforço coletivo da militância dos movimentos sociais, do PT e do próprio governo.

Enfrentar os três grandes desafios

Uma poderosa energia transformadora abre novos caminhos para nossa sociedade.

Nessa onda está o drama, mas também a possibilidade de outro desfecho.

Está o nó e a faca. O grito e o desafio. A morte, mas também a vida.

No limite é que ocorrem os partos. Já passamos muitas vezes do limite.

A vida está com pressa de nascer

Herbet José de Souza, Betinho.

Imaginando um triângulo com seus vértices em estreita relação e correspondência, temos que enfrentar três grandes desafios na atualidade.

O primeiro desafio, e primeiro vértice na base do triângulo, constitui-se em construir em nosso país sistemas nacionais de políticas públicas que promovam a justiça social e a equidade, com conseqüências benéficas para a vida das pessoas e da coletividade.

Necessitamos de políticas estratégicas que enfrentem as iniquidades sociais, culturais e ambientais e as desigualdades regionais e microrregionais, não apenas de curto prazo, mas também e, principalmente, de médio e longo prazo. Políticas de Estado que, além de refletirem o acúmulo técnico e teórico do conhecimento humano, representem um verdadeiro projeto civilizatório gerando valores virtuosos baseados na solidariedade. Políticas que pertençam ao povo brasileiro e não apenas a este ou àquele governo ou partido.

Isto só será possível com o compromisso coletivo de toda uma geração, com amplo protagonismo social e político, com intensa participação popular, com a prática da cidadania ativa e do controle público. Políticas construídas a partir da afirmação da população e dos indivíduos como sujeitos históricos e atores fundamentais da sua definição e implantação, através alianças duradouras e em parceria com o poder público. Os movimentos sociais jogam, portanto, papel fundamental nesse processo.

Devemos desenvolver também a co-responsabilidade dos municípios, estados e da união como uma garantia da continuidade de políticas estratégicas e permanentes.



DDBF3B3622

Lembramos que, a partir dos anos 80, com maior intensidade ainda nos últimos três anos, a sociedade brasileira vem caminhando para a construção de sistemas nacionais de políticas públicas. Nessa caminhada são fontes de inspiração o movimento da Reforma Sanitária, os conselhos e as conferências de saúde e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), após sua aprovação na Constituição de 1988, com seus princípios e diretrizes da universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação.

Um claro exemplo disso é a Conferência Nacional de Assistência Social, que concluiu pela necessidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Outro exemplo é a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e do Fundo Nacional de Moradia, com a aprovação, após a Conferência Nacional das Cidades, de um projeto de iniciativa popular que havia sido apresentado ao Congresso pelo movimento de luta por terra e moradia do nosso país em 1991.

Essa tendência está presente em propostas para várias outras áreas. De 2003 a 2005 foram realizadas 19 conferências nacionais antecedidas de etapas estaduais e municipais com intensa participação social. Estas conferências funcionam como molas propulsoras, aprovando relatórios que representam verdadeiras plataformas civilizatórias para o nosso país, objetivando a democratização do estado.

Além dos exemplos já citados - saúde, assistência social e habitação - tivemos as conferências de cultura, meio ambiente, ciência e tecnologia, esporte, segurança alimentar e nutricional, pesca, criança e adolescente, políticas para as mulheres, direitos humanos, promoção da igualdade racial, terra e água.

Novas conferências virão pela frente. É o caso da economia solidária, seguridade social e também da juventude, que inclusive já realizou seu seminário nacional para aprovação do Plano Nacional de Juventude. A área da educação e da segurança pública caminham na mesma direção, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

É importante destacar também que o governo Lula está implementando programas de combate à pobreza e de inclusão social. Como nos ensina Paul Singer, são programas de dois tipos: *assistenciais* – aliviam carências básicas, no limite salvam vidas e evitam a degenerescência da vida social entre os excluídos. Mas não acabam com a pobreza. Exemplos: programas de transferência de renda e bolsa família; *emancipatórios* ou *estruturantes* – promovem inclusão econômica e apóiam esforços no sentido de ampliar as oportunidades de ganhar a vida com dignidade e com chance de superar a pobreza. Exemplos: reforma agrária, agricultura familiar (Pronaf).

Tanto os programas assistenciais como os estruturantes são necessários e o ideal é que eles se complementem como políticas estratégicas e de longo prazo. Por exemplo,



um programa assistencial de distribuição de alimentos poderá também ser emancipatório na medida em que fomente a agricultura das famílias mais pobres, como quando o Fome Zero compra alimentos produzidos pelas famílias habilitadas ao Pronaf; ou mesmo quando o Bolsa Família propicia a presença das crianças na escola.

É necessário afirmar que essas políticas públicas não representam apenas gastos, como acentuam alguns, e sim investimentos no desenvolvimento humano, social, cultural e ambiental. Elas representam também um importante setor da economia, de geração de ciência e tecnologia, emprego, renda, crédito, contribuindo de forma saudável para o crescimento do PIB brasileiro.

O **segundo desafio** e o outro vértice da base do triângulo é a necessidade de estabelecermos um processo de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Defendemos a importância do investimento na produção e na infra-estrutura para viabilizar o crescimento econômico no país. Porém, além de riqueza, trabalho e emprego que o crescimento econômico pode proporcionar queremos estabelecer no país um processo de desenvolvimento econômico que, como já propunha o saudoso Celso Furtado, inclui distribuição de renda e riqueza.

E para que esse processo de desenvolvimento aconteça é preciso haver protagonismo local, fortalecimento da cultura de cooperação, construção de alianças e parcerias.

O desenvolvimento deve contemplar também os conceitos de equilíbrio ambiental, qualidade de vida, justiça social, inclusão e participação.

Nossa plataforma está baseada, portanto, no conceito de desenvolvimento sustentável que não se faz sem as políticas públicas.

Temos aí a relação necessária dos dois vértices da base do triângulo que se reforçam mutuamente e que fortalece a nossa convicção de que o investimento na área social é imprescindível.

Mais ainda, tenho convicção de que, assim como a política, a economia também não pode ser um fim em si própria. O desenvolvimento econômico deve estar associado ao desenvolvimento social e ao bem-estar coletivo. As metas econômicas devem ser formuladas em função das metas sociais, culturais e ambientais que constituem a nossa maior finalidade. Lutar por esta orientação é resgatar nossos princípios porque só ela é defensável, ética e moralmente, e permitirá a construção de uma nação justa, equânime e saudável.

Esta compreensão deverá se refletir na gestão orçamentária e nos guiará nas disputas com os operadores das políticas econômicas com o objetivo de dar fim à carência progressiva de recursos para saúde, educação, moradia, saneamento, meio ambiente e outras políticas públicas.



DDBF3B3622

A unificação dessas políticas e a consolidação de práticas intersetoriais serão decisivas para garantir êxito no enfrentamento das políticas ortodoxas dos gestores do planejamento e da fazenda nas várias esferas de governo.

Porém, temos de reconhecer as dificuldades históricas que vêm se apresentando. Acumulamos problemas importantes na gestão orçamentária devido à visão ortodoxa e conservadora das últimas equipes econômicas claramente tecnicistas que levam ao estrangulamento do investimento nas políticas públicas. A área econômica do governo federal vem realizando há 15 anos um duplo movimento: ao mesmo tempo em que reconcentra a arrecadação na esfera federal (hoje próxima à situação pré-Constituição de 1988), impede que o orçamento da área social cresça na mesma proporção da arrecadação.

A participação do orçamento do ministério da Saúde, por exemplo, na receita corrente federal foi de 9,6% para 7,5% entre 1995 e 2004, uma queda de 21,88% quando nesse mesmo período aquela receita cresceu em relação ao PIB de 19,7% para 26,7%, um crescimento de 35,53%. Este duplo movimento tem sido uma das fontes da subordinação ao pagamento de juros crescentes (R\$ 157 bilhões em 2005) de uma dívida pública também crescente (superior a R\$ 1 trilhão em 2005).

Esta “financeirização” dos orçamentos públicos nas três esferas de governo, decorre da excepcionalidade não justificada, de o nosso país praticar o dobro da taxa de juros reais e a metade do crescimento do PIB observados nos países emergentes e nos desenvolvidos, todos eles com a inflação sob controle.

Temos de reverter essa tendência a começar pela aprovação do nosso Projeto de lei complementar 01/03, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, e garante, com responsabilidade sanitária, o financiamento para a saúde pública brasileira.

No governo Lula foi retomado o crescimento econômico. Foram gerados mais de 3,7 milhões de empregos no mercado formal de trabalho (cinco vezes mais do que no governo FHC), fato bastante alentador mas que não consegue absorver o crescimento vegetativo da População Economicamente Ativa (PEA).

O programa Bolsa Família permitiu que milhões de famílias tivessem acesso a renda, mas ainda é preciso haver maior investimento em políticas estruturantes, as chamadas “portas de saída”, que dêem sustentabilidade a esse processo de inclusão social.

Verificamos uma recuperação da renda e valorização do salário mínimo que hoje é o maior dos últimos 20 anos. Mas a diminuição da desigualdade entre pobres e ricos, apesar de real, ainda é pouco expressiva.

Um fato bastante positivo é que em janeiro de 2003 o salário mínimo comprava apenas 1,38 cesta básica, e hoje o trabalhador, aposentado ou pensionista pode comprar



DDBF3B3622

praticamente duas cestas básicas (1,99) com o atual salário mínimo. Isso representa inegavelmente um importante benefício para os setores mais populares.

O **terceiro desafio** e vértice superior no ápice do triângulo diz respeito à necessidade de enfrentarmos a atual crise de valores de nossa sociedade.

O individualismo, o egoísmo e o consumismo desenfreado, insustentável para o próprio planeta, devem dar lugar neste terceiro milênio à solidariedade, à união, à convivência fraterna, à vida em comunidade, à simplicidade voluntária, ao respeito aos demais seres vivos e à cultura de paz. Devemos compartilhar uma sobrevivência digna de ser vivida, estimulando atitudes estéticas, de criação de relações entre as pessoas, orientadas pela ética da defesa de todas as formas de vida e da cidadania, construindo territórios vivenciais onde caibam todos e onde todos tenham suas potencialidades de vida desenvolvidas em sua plenitude.

Como humanistas, queremos desenvolver o ideal democrático e os valores morais que se anteponham à violência, à discriminação e à exclusão, à intolerância e ao preconceito, por um lado, e à injustiça por outro.

Mais uma vez este terceiro desafio e vértice do triângulo se relaciona e se corresponde dialeticamente com os outros dois desafios descritos anteriormente. Um não se efetiva sem os outros. O sucesso no enfrentamento de qualquer um deles só se concretizará na ação política integral, emancipatória, democrática e universal.

As políticas públicas viabilizam, com o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo, que só se realizam com base na construção de valores virtuosos que abram novos caminhos para a nossa sociedade.

Como militante da esquerda democrática, humanista e pacifista e como deputado propus a realização da sessão solene que lançou em São Paulo o *Manifesto por uma cultura de paz e não-violência*, peça chave da mobilização global, promovida pela ONU através da UNESCO e que nos serve de referência no enfrentamento deste terceiro desafio. Diz o manifesto na forma de abaixo-assinado:

A paz está em nossas mãos:

Porque esta década deve ser um novo começo, uma oportunidade para juntos transformarmos a cultura de guerra e violência em uma cultura de paz e não violência.

Porque uma transformação como essa exige a participação de cada um de nós, e deve oferecer aos jovens e às gerações futuras valores que os ajudem a construir um mundo baseado em justiça. solidariedade. liberdade, dignidade, harmonia e prosperidade para todos.

Porque a cultura de paz torna possível o desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente e o bem-estar de cada um.



DDBF3B3622

Porque eu tenho consciência de minha parte de responsabilidade em face do futuro da humanidade em particular, das crianças de hoje e de amanhã.

Eu me comprometo em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

Respeitar a vida. Respeitar a vida e a dignidade de cada ser humano sem discriminação nem preconceito.

Rejeitar a violência. Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência em todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os mais desprovidos e os mais vulneráveis, tais como as crianças e os adolescentes.

Ser generoso. Compartilhar meu tempo e meus recursos materiais no cultivo da generosidade e por um fim à exclusão, à injustiça e à opressão política e econômica.

Ouvir para compreender. Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural privilegiando sempre o diálogo sem ceder ao fanatismo, à difamação e à rejeição.

Preservar o planeta. Promover o consumo responsável e um modo de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

Redescobrir a solidariedade. Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, com plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, de modo a criarmos juntos novas formas de solidariedade.

Diante da necessidade de enfrentar os três desafios descritos anteriormente é imprescindível desenvolver posturas, comportamentos e um modo de vida que torne possível sonhar com um novo mundo. Por isso, proponho:

A simplicidade voluntária e necessária

A arte é a eliminação do desnecessário.

Picasso.

Henry Thoreau em seu livro *Walden, a vida nos bosques* do final do século 19, criticava o consumismo da sociedade americana e defendia uma opção por uma vida mais simples e próxima à natureza. É dele também a idéia da desobediência civil como prática social.

Foi nesta fonte e em Tolstoi, com seu cristianismo camponês, que Gandhi foi buscar matéria-prima para sua síntese oriente e ocidente de prática política, social e religiosa.

Não se trata de defender o voto de pobreza. A pobreza é involuntária, oprime e humilha o cidadão. A simplicidade voluntária liberta-o para vãos mais altos.



DDBF3B3622

Viver voluntariamente de maneira mais simples significa deliberadamente organizar a vida de modo a torná-la mais frugal exteriormente e mais rica e abundante interiormente. Significa tirar o excesso de peso da bagagem para tornar a viagem por esse mundo mais leve, mais limpa, mais solta. Na prática, significa descobrir aquilo que realmente é importante na nossa vida, valorizando o essencial.

Estatísticas revelam que se todos os habitantes do planeta consumissem na mesma velocidade dos americanos, seria necessário triplicar a quantidade de bens e recursos que a Terra consegue produzir para suprir a demanda e nove atmosferas adicionais para absorver os gases emitidos.

Isso é o que torna a simplicidade voluntária uma tarefa que vai além do plano individual e assume um caráter de ativismo político e ecológico. A simplicidade voluntária é o programa pessoal que complementa a opção pelo desenvolvimento sustentável e, por isso, é extremamente necessária.

Reforma Política

A Constituição democrática de 1988 marcou o rompimento do Brasil com o autoritarismo da ditadura militar. Desde então muito se experimentou no campo da democracia participativa: conferências, conselhos, plebiscito, referendo, orçamento participativo são exemplos de maior ou menor sucesso. Tais experiências devem ser aprofundadas pois representam um enorme ganho em nossa vida pública.

Esse desenvolvimento não foi acompanhado por várias instituições e costumes de nosso país. Nosso maior déficit ainda é na democracia representativa. As heranças do autoritarismo como: o clientelismo; o populismo; os partidos fracos e instáveis; o nepotismo; a corrupção; o messianismo; a praga moderna do marketing político e a praga antiga do caixa dois continuam dominando o cenário político nacional. Estas constatações nos remetem à necessidade de uma profunda reforma política.

Mesmo discutindo tema tão complexo e cheio de meandros, não devemos nos atolar no pântano de pequenas reformas, medíocres cálculos e percentuais, fórmulas mesquinhas e acanhadas de chegar ao mesmo lugar de sempre.

Em minha opinião, para mudarmos este quadro, precisamos de uma verdadeira renovação no alto e na base de nossa democracia representativa.

No alto: relançar o debate sobre o parlamentarismo. Esta é a verdadeira reforma política capaz de criar partidos políticos fortes, estáveis e representativos. Superar o messianismo presidencialista, que flerta com o autoritarismo e vive de humilhar e corromper o parlamento, enquanto ao mesmo tempo é obrigado a pisar o tempo todo na lama que joga sobre o Congresso.



DDBF3B3622

É o parlamentarismo que pode conduzir o eleitorado a escolher plataformas e programas e não homens milagrosos embalados pelo marketing político. Obriga o Congresso a ser oposição construtiva ou a ser solidário com o Executivo. O fracasso de um governo pode arrastar consigo o Congresso co-responsável. Viabiliza a fidelidade partidária. Ninguém tem a garantia irresponsável de quatro anos de mandato. A qualquer momento se necessário, sem maiores dramas ou crises terríveis o país pode mudar o Executivo ou todo o Congresso. A imensa maioria dos países com democracia mais profunda e estável é parlamentarista.

Defendo também o voto distrital misto. Num sistema de voto distrital misto, metade do parlamento é eleito em distritos. A outra metade é eleita em listas, fechadas ou abertas, elaboradas pelos partidos. Equilíbrio entre o voto de características mais locais com o voto mais geral e ideológico reduz drasticamente o custo das campanhas, torna mais factível o financiamento público das mesmas e permite o contato direto do eleitor e do militante partidário com os eleitos.

Na base: os conselhos populares. As grandes cidades têm um déficit de democracia representativa. Uma cidade como São Paulo com mais de 10 milhões de habitantes tem 55 vereadores e uns 10 deputados federais e estaduais como representantes eleitos. É impossível um contato regular e próximo dos cidadãos com estes escolhidos para funções parlamentares.

Cada cidade com mais de 1 milhão de pessoas como São Paulo, Guarulhos, Campinas, Rio, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte etc. deveria ter em cada distrito de 250.000 habitantes um conselho popular eleito com 50 pessoas. Eles dividiriam as responsabilidades, poderes e deveres com a Câmara Municipal. É uma descentralização do poder legislativo colocando-o próximo ao povo e da administração do dia-a-dia da saúde, educação, transporte, limpeza pública etc.

No caso de São Paulo, por exemplo, teríamos 40 conselhos populares com 50 eleitos cada. Portanto seriam 2000 novas lideranças de todas as orientações partidárias a atuar na cidade. Um vendaval de participação democrática capaz de afastar o mofo e a inércia que se observa na vida política do município. O mesmo se repetiria nas outras grandes cidades brasileiras, onde hoje é mais grave a crise da representatividade da democracia no país. Com isso a atividade política poderia realizar sua essência de representatividade, vocalização de necessidades distintas e definição dos rumos dos investimentos públicos e sociais.

Ampliando os limites de vida democrática, a própria forma atual da política institucional mudaria, pois veríamos partidos políticos mais fortes, representativos e transparentes à medida em que um novo cenário fosse se configurando.



DDBF3B3622

Mesmo o PT, que sempre foi muito diferente quando comparado aos partidos tradicionais, se beneficiaria, e muito, desse “choque democratizante”. Seriam desenvolvidas estruturas partidárias mais abertas à interação social, ao diálogo crítico e com sua sociabilidade interna pautada pelos valores que descrevemos anteriormente. O projeto político do PT também deve refletir o espírito dessas idéias, mesmo que permeada de tensão. Teoria e prática devem estar, necessariamente, vinculadas. Ser ético no discurso e na ação social que dele deriva.

Para que os partidos políticos não se tornem instituições fadadas à extinção, devem se renovar. Se durante anos o Partido dos Trabalhadores revolucionou a si próprio inúmeras vezes sem nunca abdicar de sua luta em favor das classes oprimidas, essa vitalidade faz-se ainda mais necessária no presente momento. O PT, partido que na história da esquerda mundial vem incorporando os princípios democráticos, deve passar por muitas mudanças e recuperar valores fundamentais que lhe deram origem para que continue sua atuação na luta pela transformação da realidade política e social do Brasil.

Reforma do Estado

Para ter sucesso no enfrentamento dos desafios descritos anteriormente devemos, com mobilização e luta, superar a tradição conservadora, elitista e autoritária do Estado brasileiro, submetendo-o a intenso controle público.

Tenho a compreensão de que devemos realizar uma profunda reforma do Estado, que deve ser colocado a serviço, única e exclusivamente, dos interesses republicanos.

Desejamos transformar suas estruturas, que devem ser permeadas por valores e premissas democráticas. Temos que dividir o poder e descentralizá-lo, construindo um novo pacto federativo que fortaleça as esferas estadual e municipal.

Como integrante do campo democrático, popular e progressista defendo que a participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil nos espaços institucionais deve se ampliar indo além dos limites atuais. As políticas públicas devem incorporar esse protagonismo social desde a sua concepção, elaboração, execução, fiscalização e avaliação.

Para avançar rumo ao Estado nacional cada vez mais permeado de valores republicanos, faz-se necessário enfrentar os desafios postos pela globalização da economia e desenvolver ainda mais o seu papel social. Sou contrário ao modelo de estado-mínimo proposto pela tese neoliberal por acreditar que o Estado desempenha papel importante na promoção da justiça social. Defendo um Estado assentado em sólidas bases democráticas, compromissado com um novo processo civilizatório e que recupere sua capacidade de ação.



DDBF3B3622

Para isto, é necessário fortalecer o quadro de servidores públicos permanentes e concursados, com a ampliação dos cargos de carreira, visando restringir, ao máximo, os cargos de confiança na máquina estatal. É urgente limitar as nomeações políticas ao primeiro escalão e a funções de estreita relação programática com o chefe do Executivo e governante eleito.

As áreas mais técnicas, do exercício direto da administração, planejamento, economia, diplomacia e das políticas públicas devem ficar menos suscetíveis aos interesses partidários de formação de maiorias e coalizões.

Um mandato necessário

Nesses anos de mandato, orientado pela ética e espírito público, a minha plataforma de ação, os projetos de lei que apresentei e as leis que aprovamos se inspiram nestas formulações humanistas, libertárias, universalistas, radicalmente democráticas e socialistas em busca de justiça, equidade, equilíbrio ambiental e paz. As vitórias que alcançamos são fruto de um esforço coletivo.

Minha atuação política começa na afirmação do protagonismo social e da prática da cidadania ativa e articula mobilização, participação (popular, sindical) e ação institucional com o avanço da ciência e da tecnologia.

Os abaixo-assinados, as propostas de lei de iniciativa popular, os movimentos sociais, os conselhos, as conferências, a produção de conhecimento nas universidades inspiram a construção de políticas públicas e legislações participativas e com controle público.

Além de propostas técnicas de enfrentamento dos problemas concretos nas várias áreas de necessidades humanas, a plataforma de ação que venho adotando, as leis e as políticas públicas que estamos construindo representam um novo processo emancipatório e civilizatório para o país e uma visão de mundo.

Como no triângulo citado, elas criam condições para o desenvolvimento sustentável e geram novos valores em nossa sociedade, acumulando forças para superar a opressão política, econômica e a dominação ideológica do povo brasileiro.

Se analisarmos a minha produção parlamentar nestes 20 anos e algumas leis aprovadas neste último período pelo Congresso Nacional, vamos perceber esta coerência. As leis na área da saúde, educação, reforma urbana, habitação, proteção ambiental, economia solidária, inclusão racial, direitos das mulheres, idosos, juventude, funcionalismo público, desenvolvimento sustentável, desarmamento e ética na política, todas elas, desde a história de suas formulações, a forma como tramitaram e foram aprovadas se alimentam desta concepção.



DDBF3B3622

Por este motivo, são leis que, desde o seu nascedouro, mobilizam forças sociais e políticas que geram poderosa energia, argumento, estímulo, e cobrança para que saiam do papel e sejam executadas. Como um processo histórico, o que evidentemente pode demorar anos, mas num crescente surgem leis que consolidam movimentos que a própria sociedade já está fazendo, e apontam um horizonte utópico que ao mesmo tempo desafia e afronta a realidade estabelecida.

Venho me inspirando e tentando equilibrar a minha atuação nos movimentos vivos da sociedade, no parlamento e no partido. Não faço mandato isolado. O mandato nunca foi, nem nunca será um fim em si próprio. Muito ao contrário, ele é um meio para representar esta política que construímos coletivamente.

Quando disputei as eleições de 2002 como candidato a deputado federal com a idéia força de um mandato necessário é porque o entendia como instrumento dessa visão filosófica.

Toda eleição é um momento especial onde nos submetemos ao julgamento popular. Quanto mais rigoroso ele for tanto melhor será para o país. De minha parte, vou fazer a prestação de contas e demonstrar o que foi possível realizar como representante da população de São Paulo.

Este também é o momento de aprimorar a nossa plataforma de ação.

Mãos à obra! Estou à disposição. Afinal, como afirmei no início, são décadas de dedicação aos movimentos em defesa da vida, da cidadania e da democracia.

Se você concorda que este mandato é necessário, ajude-nos a defendê-lo e renová-lo. Conto com vocês. Um abraço!

Roberto Gouveia

Junho de 2006

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil* .

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados



DDBF3B3622

Roberto Gouveia

Deputado Federal - PT/SP

